

INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NO URUGUAI: UMA APROXIMAÇÃO A PARTIR DA PERSPECTIVA DA GOVERNAMENTALIDADE

Diego González¹
Andrea Morteo²

RESUMO

O presente artigo é o resultado do diálogo entre dois projetos de pesquisa de mestrado em psicologia social. Os objetos gerais de investigação de tais projetos dizem respeito aos problemas da infância no Uruguai e o seu tratamento a partir das políticas públicas. Neste sentido, o artigo analisa duas problemáticas particulares que dizem respeito à questão da infância, a saber, o governo da infância e da adolescência em situação de rua e a administração de psicofármacos em abrigos para adolescentes. A análise se sustenta a partir de uma perspectiva genealógica e a partir de uma perspectiva dos estudos da governamentalidade, proposta originalmente por Michel Foucault. São rastreados aspectos gerais da história da administração da infância no Uruguai para compreender as formas atuais de governo, com o objetivo de desnaturalizar os modos dos dispositivos de atenção e identificar os discursos que sustentam as práticas de governo. Pretende-se evidenciar como tais dispositivos de atenção dispõem de uma série de estratégias, técnicas e saberes para identificar e produzir um sujeito governável.

Palavras-chave: *infância, governamentalidade, Uruguai.*

¹ Licenciado em Psicologia e Mestrando em Psicologia Social pela Faculdade de Psicologia da Universidade da República (UdelaR, Uruguai). Membro do Grupo de Investigación "Estudios de Governamentalidade, Ciência, Tecnologia e Processos de Subjetivação" (UdelaR).

² Licenciada em Psicologia (2010) e Mestranda em Psicologia Social na Universidad de la República.

**NIÑEZ Y ADOLESCENCIA EN URUGUAY:
UNA APROXIMACIÓN DESDE UNA PERSPECTIVA DE LA GUBERNAMENTALIDAD**

RESUMEN

El presente artículo es resultado del diálogo entre dos proyectos de investigación de maestría en Psicología Social. Los siguientes proyectos están vinculados en torno a los problemas de la infancia en Uruguay y su tratamiento desde las políticas públicas. En este sentido, el artículo analiza dos problemas particulares respecto a la cuestión de la infancia a saber: el gobierno de la niñez y la adolescencia en situación de calle y el suministro de psicofármacos en hogares de amparo de adolescentes. El análisis se sostiene desde una perspectiva genealógica y desde una perspectiva desde los Estudios de Gubernamentalidad. Se rastrean aspectos generales de la historia de la administración de la infancia en Uruguay para comprender las formas actuales de gobierno, con el objetivo de desnaturalizar los modos de los dispositivos de atención e identificar los discursos que sustentan las prácticas de gobierno. El artículo intenta dar cuenta cómo dichos dispositivos de atención disponen una serie de estrategias, técnicas y saberes para identificar y producir un sujeto gobernable.

Palabras clave: *Infancia, Gubernamentalidad, Psicofármacos, Uruguay*

OS SENTIDOS ÉTICO-POLÍTICOS DA PESQUISA, EM DIREÇÃO A UMA PERSPECTIVA DO DISCURSO

Esta iniciativa deriva de nossas práticas profissionais no campo das políticas de atenção à infância e à adolescência, constituindo-se como uma pesquisa aplicada. Nesse sentido, entendemos que a pesquisa funciona como um dispositivo clínico de cuidado de si, como análise das implicações, como um espaço onde se pode pensar as práticas, produzir novas perspectivas, um lugar que fornece ar puro ao cotidiano pesado e duro enfrentado pelo profissional que trabalha com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Esse é um lugar estratégico, que nos situa em um campo de forças, que estabelece uma relação ética com o saber, uma determinada relação com a produção de conhecimento.

El papel del intelectual no es situarse 'un poco en avance o un poco al margen' para decir la muda verdad de todos; es ante todo luchar contra las formas de poder allí donde este es a la vez el objeto y el instrumento: en el orden del 'saber', de la 'verdad', de la 'conciencia', del 'discurso'³ (FOUCAULT, 1992, p. 85).

Nesse sentido, as contribuições de Foucault são de grande utilidade para se expor a perspectiva das pesquisas propostas. É fundamental a concepção de “discurso” que este autor utiliza em relação à produção de saber, às práticas, à subjetividade e às relações de poder. Segundo Foucault (2005), em toda a sociedade a produção do discurso está controlada e regulada por uma série de procedimentos, que têm como função levar adiante o exercício do poder o qual enunciam, dominando o acontecimento e o acaso. Estes procedimentos regulam o discurso, produzindo seus contornos, seus alcances e os distinguem uns dos outros. Nesse sentido, pode-se depreender que o discurso tem efeitos produtivos, uma vez que constitui objetividades, subjetividades e que estas possuem formas distintas, em função das suas condições sócio-históricas. Então, estudar como se produz o discurso em torno das temáticas em questão implica em poder lançar luz sobre os procedimentos pelos quais se constrói o sujeito “da intervenção”, sobre os movimentos-forças que tornam possível a sua emergência e sobre as práticas que se encontram em relação com ele.

Estudar qual é a distribuição dos enunciados e em que condições são possíveis certos enunciados, e não outros, quer dizer estudar o discurso em suas irrupções ou descontinuidades, acontecimentos discursivos, tais como rupturas, limiares, cortes,

³ N.T. O papel do intelectual não é situar-se ‘um pouco à frente’ ou ‘um pouco à margem’, para daí dizer a verdade de todos, verdade que, sem os intelectuais, permaneceria muda; Trata-se, sobretudo, de lutar contra as formas de poder em todos os pontos nos quais o poder é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do ‘saber’, da ‘verdade’, da ‘consciência’, do ‘discurso’.

mutações, transformações (Foucault, 2008).

Trata-se de pensar sobre o discurso tendo a análise política como estratégia. As condições de emergência de tal ou qual discurso, suas relações, as lutas, o domínio de suas ações e reações. Todas essas questões importantes para a análise do discurso são o que Wittgenstein chamou de “jogos de linguagem” (GONZÁLEZ, PASTORINO, VALETA, 2011).

Existem procedimentos de distribuição e regulação do discurso que Foucault vai caracterizar como parte de um sistema histórico, modificável, institucionalmente coercitivo, que será dado por condições:

arbitrarias desde un comienzo o que cuando menos se organizan en torno a contingencias historicas; que no solo son modificables sino que estan en perpetuo desplazamiento; que estan sostenidas por todo un sistema de instituciones que lo imponen y las acompanan en su vigencia y que finalmente no se ejercen sin coaccion y sin cierta violencia⁴ (2005, p. 21).

Entre esses sistemas, nos quais se define a dinâmica do discurso, encontramos os sistemas de exclusão, que o autor vai caracterizar de pelo menos três formas. A primeira é o proibido, a palavra proibida, o que em determinadas circunstâncias não pode ser dito, o que entra no regime do tabu; estão nas regiões do discurso onde a malha do poder se faz mais justa, a palavra ficando fora dos contornos do discurso, o indizível.

Outro princípio de exclusão é a separação ou o rechaço; é o discurso que não pode circular como os demais, aquele que é considerado inválido, que em seus conteúdos não está a verdade porque é um conteúdo indecifrável, estranho. Esse é o caso da loucura, onde o discurso não tem nenhuma importância, não é escutado, e quando o é, a dita escuta está envolta em um arsenal de traduções e codificações que tem como efeito a censura. O discurso do louco é retirado de circulação, é definitivamente trancado, não existe como sujeito.

Por último, um dos procedimentos que regulam o discurso, o mais completo em seu funcionamento e que responde diretamente às relações de força, são os discursos que se posicionam em um jogo de verdade; aqueles discursos que enunciam a verdade, que são verdadeiros, e aqueles que são falsos. Este jogo é o que Foucault chama de vontade de verdade. O que faz com que um discurso se legitime como verdade em um momento sócio-histórico? Aquele discurso que emerge como hegemônico deve ter as condições para fazê-lo, ou seja, ele vai ter que obter sustentação para legitimar sua posição como verdadeiro, uma

⁴ N.T. que são desde o princípio arbitrárias, ou que no mínimo se organizam em torno de contingências históricas; que são não apenas modificáveis, mas estão em permanente deslocamento; que são sustentadas por todo um sistema de instituições que as impõe e as acompanham em sua vigência; e que, finalmente, não se exercem sem constrangimento, ou pelo menos, sem um pouco de violência.

base e uma distribuição institucional. É assim que “*tende a exercer sobre os outros discursos uma espécie de pressão e poder de coação*” (FOUCAULT, 2005, p. 22). Uma vontade de verdade é uma prodigiosa maquinaria destinada a excluir.

Por outro lado, existem procedimentos de controle e delimitação do discurso, mas estes funcionam no interior do mesmo, como formas de auto-regulação, diferentemente dos anteriormente descritos, que se referem aos sistemas de exclusão e são exercidos a partir do exterior do discurso. Neste outro grupo, tratam-se de:

procedimientos internos, puesto que son los discursos mismos los que ejercen el propio control; procedimientos que un tanto en calidad de principios de clasificacion, de ordenacion, de distribucion, como si se tratase en este caso de dominar otra dimension del discurso: aquella de lo que acontece y del azar⁵ (FOUCAULT, 2005, p. 25).

Desses tipos de procedimentos internos ao discurso que Foucault descreve, destacamos as “disciplinas”, que como princípio também são móveis, mas se manejam com certos limites restritos. Uma disciplina:

se define por un ambito de objetos, un conjunto de metodos, un corpus de proposiciones consideradas verdaderas, un juego de reglas y de definiciones, de tecnicas y de instrumentos: una especie de sistema anonimo a disposicion de quien quiera o de quien pueda servirse de el, sin que su sentido o su validez esten ligados a aquel que a dado en ser el inventor⁶ (FOUCAULT, 2005, p. 33).

Um enunciado, para poder pertencer a uma disciplina, deve dirigir-se para um determinado plano de objetos e responder a um certo horizonte teórico. No caso de algum enunciado não cumprir com algum desses requisitos básicos, se produz algo rarefeito, que retorna como ininteligível para os parâmetros de uma disciplina como produção discursiva, e conseqüentemente esta é deslocada para o outro lado de suas margens. Nesse sentido, Foucault nos adverte que “*o exterior de uma ciência está menos povoado do que se crê*” (FOUCAULT, 2005, p. 36).

Finalmente nos resta um último grupo, que permite o controle dos discursos, que tem a ver com a utilização, as condições que os indivíduos precisam ter para falar. Para enunciar e estar em certa ordem do discurso, o indivíduo deve poder satisfazer as exigências que tal ordem estabelece como leis de enunciação. Ou seja, os indivíduos devem ter certa qualificação para poderem falar, já que há partes do discurso que estão protegidas e às quais

⁵ N.T. Procedimientos internos, uma vez que são os discursos eles que exercem o seu próprio controle; procedimentos que funcionam mais na qualidade de princípios de classificação, de ordenamento, de distribuição, como se se tratasse nesse caso de dominar uma outra dimensão do discurso: a do acontecimento e do acaso.

⁶ N.T. Se define por um âmbito de objetos, um conjunto de métodos, um corpus de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e de definições, de técnicas e de instrumentos: uma espécie de sistema anônimo à disposição de quem quiser ou de quem puder servir-se dele, sem que o seu sentido ou sua validade estejam ligados àquele que o inventou.

somente alguns podem aceder. Esta qualificação está dada pelo ritual, que:

define los gestos, los comportamientos, las circunstancias, y todo el conjunto de signos que deben acompañar al discurso; fija finalmente la eficacia supuesta o impuesta de las palabras, su efecto sobre aquellos a los cuales se dirigen, los límites de su valor coactivo⁷ (FOUCAULT, 2005, p. 41).

Toda uma adequação social do discurso que estabelece as formas de subjetivação, um processo de formação subjetiva que estabelece o que falar, onde, quando e como.

BREVE RESENHA DAS POLÍTICAS DE ATENÇÃO À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

1. A CARIDADE DE INSPIRAÇÃO RELIGIOSA NO SÉCULO XIX

Barrán (1994) disparou a Barbárie no Uruguai entre 1800 e 1860. Neste período, figuras de autoridade exerciam violência sobre os corpos, em prol de uma educação almejada e saudável. Os níveis nacionais de infanticídio e abandono eram altos, e se conformavam como procedimentos possíveis e regulares da família. Em Montevideo, as crianças eram abandonadas nas casas, nos átrios das igrejas e nas portas e janelas das casas de cômodos (BARRÁN, 1994, T1. p. 76).

Essas crianças eram recolhidas por algumas famílias que se destacavam por sua caridade, cada família chegando a recolher várias crianças. Nesse contexto, em virtude da acumulação e da quantidade de crianças abandonadas, foi fundada em Montevideo, em 1818, a primeira Casa “Berço”, que pretendia promover os cuidados para a massa de abandonados. Constituiu-se esse dispositivo como a principal referência institucional de atenção à infância da época (LEOPOLD, 2002). Esta Casa “Berço” contava com um dispositivo desenhado para o abandono: uma roda, que se poderia descrever como berço-cilindro, que gira sobre seu eixo: quem depositava a criança em tal roda, girava a mesma introduzindo-a para dentro do estabelecimento, sem necessidade de ser visto pelo pessoal da instituição. Em sua frente, lia-se uma transcrição “*Meu pai e minha mãe me afastam de si. A piedade divina aqui me recolhe.*” A intenção do mesmo era fornecer cuidados que, até aquele momento, as crianças abandonadas não estavam tendo e diminuir o infanticídio. As crianças que ingressavam nessa roda dos órfãos provinham fundamentalmente de famílias pobres e algumas de classe alta com filhos ilegítimos, que desonrariam a família se permanecessem com ela.

⁷ N.T. define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso; fixa finalmente a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites de seu valor coercitivo.

Esta prática levará a debates políticos sobre o tipo de atenção à infância e à família da época. Donzelot (1990) vai dizer que se trata de uma aliança momentânea e estratégica dos poderes (Estado e Família), onde se conjuga o desenho que colocaria em perigo a honra familiar através dos desvalidos ou, por alguma razão, “faltosos”, enquanto o Estado resolvia sua preocupação pelo respeito à vida e aos seres que permaneciam como inutilizados ou inutilizáveis. Desta forma, foi rompido sem questionamentos nem escândalos o laço sanguíneo, enquanto que o Estado procurará sua habilitação para a vida em sociedade.

Neste dispositivo, não se procurava pela família de origem e, geralmente, se mudava de nome. Eles eram banhados e vestidos no momento do seu ingresso. Esta combinação de anonimato das famílias, juntamente com a garantia de uma preservação da vida, tiveram como consequência um aumento dos abandonos e uma diminuição do infanticídio.

A França viveu um processo semelhante em relação a isso, onde os hospícios transbordaram e o Estado começou a pagar um salário a enfermeiras que quisessem levar as crianças para suas casas para cuidar. Esse novo cenário provocou, por sua vez, um novo tipo de abandono, que consistia na mãe que deixava seu filho na roda para daí alguns dias retirá-lo, converter-se em enfermeira e receber um salário por isto. Para evitar este negócio fraudulento, começou-se a levar as crianças para outras regiões (DONZELOT, 1990).

Conseqüentemente, a França, em 1837, criou um sistema de ajuda domiciliar para as mães. Isto gerou um gasto público relevante, de modo a que não se *premiasse* economicamente apenas as mães que quisessem abandonar os filhos. Se decretou desta forma benefícios financeiros à mãe solteira, à viúva pobre e, então, para a mãe de família pobre carregada de filhos e, em seguida, para a mãe trabalhadora. Por outro lado, acabou o serviço anônimo da roda e começou-se a realizar entrevistas abertas com os novos ingressantes, o que permitia dissuadir os progenitores da intenção do abandono, ao indagá-los sobre suas razões. Segundo este autor, começam a configurar-se desta forma os benefícios financeiros às famílias no início do século XX, com um Estado de tipo assistencial e paternalista. Em 1865, criam-se as primeiras sociedades protetoras da infância, que cuidavam das crianças das classes pobres em suas condições de higiene, saúde e educação. Essas sociedades concluem que as melhores condições eram dadas às crianças sobre as quais o Estado interveio por meio da assistência pública. As mães pobres eram vistas, assim, segundo Donzelot (1990), como uma enfermeira, objeto de permanente vigilância e supervisão, por meio da remuneração coletiva e da vigilância médico-estatal.

No Uruguai, no começo dos anos 1900, há um forte movimento higienista, que, entre outras coisas, se preocupava com o fato de que o desconhecimento da origem das crianças da roda pudesse levar ao contágio pela sífilis hereditária. A *Oficina de Admisión para Huérfanos y Expósitos* deixaria paulatinamente de propor o uso da roda até a década de 1930, quando tal prática é extinta.

Em 1889, pela primeira vez, se cria em Montevideo a *Comisión Nacional de Caridad y Beneficencia*, dependente do Poder Executivo. Esta comissão fará a gestão dos seguintes estabelecimentos: o Hospital de Caridade, o Asilo dos Dementes e Crônicos, os Asilos Maternais, A Escola de Arte e Ofícios e o Asilo de Órfãos e Crianças Abandonadas. A gestão da Comissão, por sua vez, ficará a cargo de religiosos: San Vicente de Paul e Mariadel Huerto (LEOPOLD, 2002).

Para aquelas outras crianças e adolescentes que não haviam sido capturados ainda por esta modalidade de atenção, mas que incorriam em um desvio quanto ao *normal*, existia a polícia. Segundo Barrán, a polícia os retinha diante de uma situação de vagabundagem, até que seus pais os reclamavam. Se reincidissem, eram enviados diretamente a uma oficina: à recém-criada Escola de Artes e Ofícios (BARRÁN, 1994, T1, p. 104). Tal escola irá se converter em um cárcere para as crianças e adolescentes (PORZECANSKI & BARRÁN 2004, p. 187), alcançando em 1908 uns 200 alunos uniformizados e *alocados em celas* (FARAONE, 1970, p. 25).

Pode-se apreender a concepção de infância da época a partir da definição fornecida pelo Código Civil e Penal de 1869 e 1889, que colocam menos de 21 anos dentro da categoria de “incapazes”. Eles eram concebidos como “privados de inteligencia y faltos de voluntad, atraviesan un largo camino de incapacidad, la que com el transcurso del tiempo, se transforma de absoluta en relativa, para desaparecer más tarde, cuando su creciente inteligencia disipa las últimas sombras de aquel periodo de relativa inconsciencia”⁸ (DEL CAMPO, apud IGLESIAS e EROSA, 2000, p.8).⁹

Em suma, as primeiras estratégias de intervenção sobre a infância em perigo é a internação e a pobreza começa a ser concebida em relação à falta de moral.

⁸ *N.T.* privados de inteligência e carentes de vontade, atravessam um longo caminho de incapacidade, que com o decorrer do tempo se transforma de absoluta em relativa, para desaparecer mais tarde, quando a sua crescente inteligência dissipa as últimas sombras daquele período de relativa inconsciência.

⁹ Esse período de inconsciência abarcava praticamente a metade da vida das pessoas, uma vez que a expectativa de vida era de 50 anos. Penalmente, no entanto, eram imputáveis a partir dos 12 anos, o que demonstra as tensões entre o enfoque civil e o penal.

2. O DISCIPLINAMENTO E A CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE BEM-ESTAR INFANTIL

Para Barrán, a época do disciplinamento começa no Uruguai nos anos 1900, dentro do qual a Igreja, a Escola e o Hospital foram os protagonistas principais. Neste processo civilizatório se redefiniram as formas de sentir a violência, o lúdico, a sexualidade, a morte e o trabalho: foi a chamada “*época da vergonha, da culpa e da disciplina*” (BARRÁN, 1994, T2, p. 20).

Enfatizou-se a educação como modo de eliminar o bárbaro de seus cidadãos, transformando-os em civilizados (BARRÁN, 1994).

Emerge assim uma nova moral laica, uma moral científica: o higienismo. Desta forma, se desenvolve uma ideia peculiar da higiene como promotora da moral, que relaciona o estado sanitário do indivíduo com as manifestações do seu comportamento social, de maneira que seguir *os conselhos da Higiene facilitava o caminho para a saúde, a virtude individual e, em grande escala, a harmonia social* (LEOPOLD, 2002).

Por meio do poder médico, se buscou-se dirigir aqueles que tinham capacidade de destruição: as crianças, os loucos e as massas populares. Varela queixava-se da necessidade de construir a saúde a partir da escola. No Uruguai, a primeira lei obrigatória do higienismo se produziu em 1911, com a vacinação obrigatória, concedendo-lhe um caráter universal para todos os menores de 20 anos (BARRÁN, 1995, T3).

As classes pobres são concebidas então como um perigo sanitário e, portanto, era por aí que se deveria agir. Para eles foram criados hospitais e orfanatos. *A família modelo*, por sua vez, passará a constituir-se cada vez mais como uma família íntima, privada, ao passo que as famílias pobres sofriam intervenções progressivas em sua privacidade, através da legitimidade científica caucionada pelo higienismo. Constituíram-se discursos sobre a prevenção do delito, que autorizaria progressivamente que vários profissionais invadissem, controlassem, dirigissem os hábitos dos indigentes, sua vagabundagem, sua vida privada:

Estas expresiones anuncian la consagración jurídica de la indiscriminación entre el niño abandonado y el infractor, aspecto este medular-y de relevantes consecuencias prácticas-en la cultura jurídica hegemónica del mundo occidental¹⁰. (LEOPOLD, 2002, p. 45).

É criado em 1911 o Conselho de Proteção de Menores, onde pela primeira vez a assistência ao abandono e assistência ao delito se uniram dentro de um mesmo organismo.

¹⁰ N.T. Estas expressões anunciam a consagração jurídica da indiscriminação entre o jovem abandonado e o infrator, aspecto este central – e de consequências práticas relevantes – na cultura jurídica hegemônica do mundo ocidental.

Este antecedente será a base da política de atenção à infância de 1934, em resposta às duas infâncias: a perigosa e a que está em perigo (DE MARTINO, 1995, p. 42). O primeiro Código da Criança criado no Uruguai estabelecia as diferenças entre menores e infância, assinalando em uma primeira instância o pertencimento ao âmbito escolar (GARCIA MÉNDEZ, 1994, p. 79). Para a infância escolarizada, a família e a escola cumpriram as funções de socialização e controle. Para os outros, Donzelot (1990, pp. 147-148) descreveu o processo francês pelo qual se passa o destino das crianças irregulares e inadaptadas. Isto permitiria reunir todas as crianças da infância escolarizada que poderiam depender, seja de uma intervenção assistencial, seja de uma judicial. Com esta não-distinção, o juiz poderia intervir judicialmente em qualquer dessas instâncias.

Esta legalidade para a infância vulnerável estabeleceu confusões ou paralelismos com a categoria de infância em perigo ou em situação irregular, criando para elas a máxima proposta pelos Salvadores da Criança: o Tribunal de Menores.

No Uruguai, a criação legalista dava poder ao juiz para que interviesse diante de toda infância que estivesse abandonada, quaisquer que fossem suas razões, declarando-o como “abandono moral ou material” (GARCÍA MÉNDEZ y CARRANZA, 1992, p. 12). Desta maneira, se conforma o que se chamará de Doutrina da Situação Irregular. Assim, o abandono selecionará o tipo de abandono pobre; as características que os operadores utilizavam serviam como critérios, como: mendicidade, vadiagem, frequência em lugares *degradados*.

Identificábamos en nuestro medio, específicamente, la circulación de um “perfil” del adolescente infractor caracterizado desde el campo psicológico, entre otros aspectos, por “carencias afectivas” y “abandono”. A su vez, el ser “pertenecientes a sectores de pobreza” y proveniente de “una familia desintegrada con padre ausente y madre poco continentales”, constituye algunos de los “atributos” identificados desde el campo social. Este “perfil” parece estar compuesto de dos “caras”- de ahí que lo denominamos Jano: el adolescente infractor-, una cara “negativa” y otra “blanda”. La primera recoge aspectos tales como “impulsividad”, “baja tolerancia a las frustraciones”, “fácil pasaje al acto”, “acción en lugar del lenguaje”, etc. La “cara blanda” del infractor aparece de la mano del “abandono”, de las “necesidades afectivas, las “búsquedas desesperadas de afecto, la “afectividad destruida”¹¹ (LEOPOLD, 2002, p. 60).

Os sentimentos que geraram essa infância-adolescência provocariam, segundo esta mesma autora, dualismos do tipo rechaço e compaixão; concebendo a infância como:

¹¹ *N.T.* Identificávamos em nosso meio, especificamente, a circulação de um ‘perfil’ de adolescente infrator caracterizado, a partir do campo psicológico, entre outros aspectos, por ‘carências afetivas’ e ‘abandono’. Por sua vez, aqueles ‘pertenecentes a setores da pobreza’ e provenientes de uma ‘família desintegrada com pai ausente e mãe pouco presente’ constituem alguns dos ‘atributos’ identificados a partir do campo social. Este ‘perfil’ parece ser composto de duas ‘faces’ – por isso denominamos de Jano o adolescente infrator –, uma face ‘negativa’ e outra ‘macia’. A primeira recolhe aspectos tais como a ‘impulsividade’, ‘baixa tolerância a frustrações’, ‘fácil passagem ao ato’, ‘ação no lugar da linguagem’, etc. A ‘face macia’ do infrator aparece em seu ‘abandono’, em suas ‘necessidades afetivas’, as ‘buscas desesperadas de afeto’, sua ‘afetividade destruída’.

victima de: “abusos”, “privaciones”, “maltratos”- , y esto basicamente dentro del medio familiar y ocupando en especial el adulto varon en el lugar del “maltratador”- o como “victimario”, generalmente en una fase posterior del desarrollo infantil (adolescencia) a traves de la denominada genericamente “violencia contra la sociedad”¹². (LEOPOLD, 2002, p. 60).

Em 1934, se criará o Código da Criança, o Novo Código Penal e o Conselho da Criança, colocando o Estado como centralizador das políticas de atenção à infância abandonada e infratora. Começará com essas criações uma nova etapa, visualizando agora a infância como uma etapa particular que tem necessidades próprias, ainda que este momento, esta diferenciação, seja unicamente legalista (GABIN; DE MARTINO, 1998, p. 50). Portillo, A. (1989, pp. 21-27) identificou três pilares para a instauração de todo o desenvolvimento das políticas da infância: a medicalização, a família e a educação.

Donzelot (1990, p. 90) afirma que as práticas de normalização que emanam do estado recebem da filantropia econômico-moral uma fórmula de intervenção, que possibilitava a difusão das normas segundo duas modalidades diferentes, embora perfeitamente articuladas. Onde as situações de pobreza eram tidas como uma suposta *imoralidade*, se eliminaria o poder patriarcal e se proporia uma mudança do sistema tutela de modo a harmonizar os objetivos sanitários e educativos com os métodos de vigilância econômica e moral”.

Porém, as famílias que demonstram uma autonomia econômica mantinham uma relação de permanente sedução com a escola e o poder médico, estabelecendo claramente uma distinção no tipo de intervenção estatal comparada à anterior. Esta relação se mantinha fundamentalmente como uma aliança entre o poder médico e familiar; ou, particularmente, entre o médico e a mulher-mãe (DONZELOT, 1990).

A su vez, la familia pobre, particularmente la madre pobre y sin educacion, asemejada desde lo simbolico a la figura de nodriza, tambien sera objeto de una promocion medico-educativa. Pero en este caso no se trata de asegurar “discretas protecciones, sino de establecer vigilancias directas.”¹³ (Donzelot, 1990, p. 25).

Para o estabelecimento e a manutenção deste tipo de intervenção estatal, se criaram várias profissões, dentro das quais se destacam o serviço social, mas que também inclui a pedagogia, a psicologia infantil, o educador, etc. Mediante os filantropos da época,

¹² N.T. Víctima de ‘abusos’, ‘privaciones’, ‘maus-tratos’ – e isto, basicamente, dentro do meio familiar e o adulto do sexo masculino ocupando em especial o lugar de ‘maltratador’ – ou como ‘vítimizador’, geralmente em uma fase posterior do desenvolvimento infantil (adolescência) através daquilo que genericamente se denomina ‘violência contra a sociedade’.

¹³ N.T. A família pobre, por sua vez, particularmente a mãe pobre e sem educação, assemelhada simbolicamente à figura da enfermeira, também será objeto de uma promoção médico-educativa. Mas nesse caso não se trata de assegurar ‘proteções discretas, mas de estabelecer vigilâncias diretas’

fomentou-se a promoção do casamento entre casas destinadas aos trabalhadores, a obrigatoriedade da educação primária no fim do século XIX, a educação industrial em 1915, os asilos maternos e jardins da infância, que proliferaram a partir da segunda metade do século XIX e, fundamentalmente, a censura e controle de toda a sociabilidade popular, dos lugares de encontro dos homens trabalhadores, fomentando e perpetuando um novo tipo de modelo familiar-nuclear (LEOPOLD, 2002, p. 66). A ajuda estatal para aquelas famílias pobres será a contrapartida da vigilância estrita; da sua desconfiança permanente, dos requerimentos de legitimidade e de capacidade econômica, de austeridade, de higiene e de assistência em seus postos de trabalho. Desta maneira, se colonizaria a família, através das profissões *sociais* (educador, assistente social) no começo do século XIX (DONZELOT, 1990).

Os valores modernos e a nova intervenção profissional converteram os problemas sociais em responsabilidades individuais: desta maneira, foram visualizados o alcoolismo como debilidade, a pobreza como uma ociosidade individual e familiar, de modo que a intervenção estatal fosse legitimada para penetrar nessa intimidade (BARRÁN, 1995, T3, pp. 191-193).

À título de exemplo, para visualizar a relação entre serviço social, higienismo e disciplinamento no marco da expansão do capitalismo monopolista, tomo de Leopold um fragmento do Código da Criança, na Exposição dos Motivos do Código:

La visitadora social debe intervenir en los casos siguientes: hacer la ficha social y organizar los archivos correspondientes; organizacion y regularizacion de la familia; investigacion de la paternidad; evitar el abandono del nino; controlar el cumplimiento de los preceptos higienicos y las prescripciones medicas; enseñar higiene y puericultura; alimentacion adecuada y economica; (...) atencion y colocacion de anormales y enfermos; colocacion familiar; en los casos de libertad vigilada, asesoramiento al juez de Menores con respecto a la vida del nino y de su familia; lucha contra el analfabetismo y los males sociales; persecucion de la mendicidad (...) y en otros casos que no es posible prever.¹⁴ (2002, p. 69).

Este sistema traria um alto nível de institucionalização da infância e da adolescência. O juiz de Menores fazia um ofício como um *bom pai de família*, quebrando o conflito do corpo social através da extradição de seus menores e sua institucionalização, através fundamentalmente do uso da categoria de abandono moral (DONZELOT, 1990).

¹⁴ N.T. A visitadora social deve intervir nos seguintes casos: fazer a ficha social e organizar os arquivos correspondentes; organização e regularização da família; investigação da paternidade; evitar o abandono da criança; controlar o cumprimento dos preceitos higiênicos e das prescrições médicas; ensinar higiene e puericultura; alimentação adequada e econômica; (...) atenção e localização dos anormais e enfermos; localização familiar; nos casos de liberdade vigiada, assessoramento do juiz de Menores em relação à vida da criança e de sua família; luta contra o analfabetismo e os males sociais; perseguição da mendicância (...) e outros casos os quais não é possível prever.

Morás, nesse sentido, afirmará que esse sistema de proteção confundirá a mera reclusão disciplinar com o cuidado pelo bem-estar da criança (1992, p. 45). Nesse processo de institucionalização, se constitui a problemática da infância que circula nos espaços públicos: em 1938 se regulamenta a proibição da circulação de menores de 16 anos em espetáculos noturnos; estendendo-se em 1950 aos 18 anos, concebendo os ditos espetáculos como favorecedores de maus costumes.

Por último, em relação aos sistemas de assistência sanitária no Uruguai, era concedido o acesso gratuito ao serviço de saúde a todos que se acreditava serem pobres. Ele gerou, pela primeira vez, uma separação de quem pode aceder, de quem não, uma vez que se deveria comprovar que se era efetivamente *pobre*. Isso, sem dúvida, deixou a pobreza em suspeita, sob a qual permaneceriam todas as suas intervenções.

Adotando esses eixos, Sandra Leopold afirmará que se produziu “uma desmanicomialização e des-historicização da questão social, assim como a psicologização das relações sociais e a individualização dos problemas sociais. Sobre esses parâmetros se deslizará, então, uma intervenção centrada no ‘modelo psicossocial e moral’” (2002, p. 82), na medida em que gerou uma indistinção entre abandonados e infratores. As intervenções sobre eles podiam se realizar sob a alcunha de tutela ou reabilitação, mas conservando os mesmos objetivos moralizadores.

Assim sendo, nessa etapa, se desenvolveria uma profilaxia da infância no Uruguai, devendo-se entendê-la como a base do homem produtivo do amanhã. Na sua vez, houve intervenções médicas centradas na mulher-mãe-pobre. A partir de sua suposta ignorância, se permitiu a intervenção quase absoluta do poder médico. Esta mulher esteve encarregada de tirar o marido do bar, os filhos da rua, e construir uma família numerosa que contribuísse para a situação de diminuição da natalidade que havia no Uruguai. Tal mulher devia obrigatoriamente deixar entrar os profissionais que a visitaram (médicos, Assistentes Sociais), deveria relatar qualquer irregularidade familiar (fugas, acidentes, falecimentos, problemas de saúde, mudanças de domicílio, solicitação de visitas familiares, etc.) para os âmbitos institucionais diversos; e isto, por sua vez, lhe diria como resolver as ditas situações, gerando uma obrigatoriedade da intervenção disciplinar no âmbito *privado-familiar* (LEOPOLD, 2002).

3. POLÍTICAS DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA ATUAIS: UMA APROXIMAÇÃO ANALÍTICA A PARTIR DA PERSPECTIVA DA GOVERNAMENTALIDADE

A perspectiva dos estudos da Governamentalidade aparece como um marco conceitual consistente e pertinente para analisar a racionalidade das políticas públicas aplicadas às crianças e adolescentes no Uruguai atualmente. Em relação a essas políticas, pensaremos duas modalidades de atenção atuais: a infância e a adolescência em situação de rua e a atenção em abrigos.

Esta perspectiva está embasada pelas produções teóricas de Michel Foucault, fundamentalmente aquelas desenvolvidas em seu curso de 1977-1978, denominadas *Segurança, Território, População*. Ali se propõe a noção de Governamentalidade para compreender uma série de novos acontecimentos em relação à dinâmica do poder que terão início no século XVIII. O processo de Governamentalidade do Estado descrito por Foucault tem como resultado a emergência do Estado moderno, que concentra sobre si práticas de governo e das populações. Dessa afirmação não se deve compreender que o objetivo de Foucault seja construir uma teoria do Estado, como objeto ou como ente abstrato, mas que o Estado é entendido aí como efeito das relações de poder e das práticas que confluem para a objetivação daquilo que justamente chamamos de Estado (2010). Foucault, a partir disto, gera a consistência conceitual para o desenvolvimento de uma série de investigações que se constituem os atuais *Estudos da Governamentalidade* (GRINBERG, 2007).

O conceito de governamentalidade é útil para “abordar o problema do Estado e a população” (FOUCAULT, M. 2004, p. 140). Segundo Foucault, no final do século XVII, com a emergência das grandes concentrações urbanas, se produz uma mudança na mecânica do poder. Isto “remete à nova questão social que surge no processo de urbanização da vida social; a escassez, a circulação e, especialmente, a segurança” (GRINBERG, 2007, p. 98). Isto significa que seu objetivo não é regular e controlar um território, mas que o alvo da sua ação é a população (GRINBERG, 2007). Inaugura-se uma nova maneira de governar, a qual Foucault denominou *biopolítica*, que consistia em *fazer viver e deixar morrer*, ou seja, produzir e regular a vida das populações nas cidades (CASTRO-GÓMEZ, 2010). Nesse sentido, a biopolítica tem a intenção de favorecer certas formas de vida nas cidades, de tal modo que se diminuam os riscos, estabelecendo uma ordem que favorece a produção e, portanto, declarando como inimigos todo aquele que não se ajuste à normalidade, excluindo com violência e criando uma alteridade. Entende-se a Governamentalidade, então, como:

El conjunto constituido por las instituciones, los procedimientos, analisis y reflexiones, los calculos y las tacticas que permiten ejercer esa forma bien especifica, aunque muy compleja, de poder que tiene como blanco principal la

poblacion, por forma mayor de saber la economia politica y por instrumento tecnico los dispositivos de seguridad¹⁵. (FOUCAULT, 2006, p. 136).

O governo das populações implica identificar estatisticamente as zonas de risco social em função de um bom funcionamento do mercado, propiciando um fluxo constante de capital (DELEUZE & GUATTARI, 1995). Segundo Carlos Frade, a Governamentalidade liberal “é a tentativa de governar o comportamento (o pensamento, as disposições e a ação) por meio dos mecanismos de mercado e quase-mercado, com o fim de intensificar os processos econômicos” (2007, p. 37-38). As lógicas liberais de governo implicam uma combinação de tecnologias, entendendo-as como o conjunto de estratégias pelas quais as práticas são viáveis ou executadas. As tecnologias são “um conjunto múltiplo de estratégias pelas quais os animais humanos tornam-se sujeitos” (CASTRO-GÓMEZ, 2010, p. 36). As formas liberais de governo conduzem a conduta a partir de uma racionalidade particular, implicam dispositivos de disciplinamento, mas também uma gestão de um si mesmo autônomo de acordo com os parâmetros da liberdade. Foucault propõe uma quinta tecnologia, diferente das quatro que havia definido anteriormente (FOUCAULT, 2008), para compreender essa questão. Chamou-as de tecnologias de governo. Estas se encontram entre as tecnologias de poder, que “determinam a conduta dos indivíduos, os submetem a certo tipo de fins ou dominação” (FOUCAULT, 1990, p. 48); e as tecnologias do eu, “que permitem aos indivíduos efetuarem, por conta própria ou com ajuda dos outros, certo tipo de operações sobre seu corpo e sobre sua alma” (FOUCAULT, 1990, p. 48).

Isto representa um passo do Estado benfeitor para uma forma de governo internalizada pela sociedade, partindo da base de que há uma relação de liberdade e consentimento dos governados. É desta maneira que podemos entender o poder nesse marco como ações sobre ações em um jogo de liberdades, e as novas políticas da criança e adolescência se construindo entre essas premissas.

A racionalidade dos sistemas liberais e neoliberais de governo deixam estratos sociais de fora do acesso aos bens materiais e de consumo. Segundo Álvarez (2008), assistimos a uma racionalidade de implementação das políticas sociais, que denomina *focopolítica*, como forma de neutralizar o avanço da marginalização e o descontrole das chamadas populações de risco. Essa autora entende o conceito de *focopolítica* como uma

¹⁵ O conjunto constituído por práticas institucionais, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas, que permitem exercer essa forma bem específica, ainda que complexa, de poder, que tem como alvo principal a população, como forma maior de saber a economia política e como instrumento técnico os dispositivos de segurança.

nova tecnologia de poder, que tem como marco uma governamentalidade neoliberal que se cristaliza na América Latina como a forma de desenhar e implementar políticas sociais.

Esse desenho do dispositivo de abordagem do problema das crianças e adolescentes, em qualquer das duas situações mencionadas anteriormente, é fruto de uma estratégia de governo que se concentra sobre os processos de atenção. Desta maneira, constitui-se uma população de risco, criam-se políticas sociais que se encarregam de regular a sua vida na base da objetivação e controle das condutas, através da produção de um certo saber sistematizado estatisticamente. Os projetos focais foram desenhados a partir da identificação de um saber específico sobre as diferentes formas em que se pode conceber a situação de vulnerabilidade social e a de viver em situação de rua. Esse saber específico tem correlação direta com uma sistematização quantitativa sobre as práticas realizadas pelo Instituto da Criança e do Adolescente do Uruguai (*Instituto del Niño y Adolescente del Uruguay – INAU*), as organizações não-governamentais e os organismos internacionais.

A esse respeito se realizou um estudo de dimensionamento, promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Social – MIDES (2007), onde se define um modo específico de identificar e caracteriza a população de crianças e adolescentes em situação de rua. Esse estudo provocou um ordenamento e uma regulação das políticas sociais em torno da atenção, desenvolvendo estratégias de controle sobre a intervenção e *performando* (BUTLER 2002) as ações em referência à criação de perfis distintos da população de crianças e adolescentes em risco, emergentes como resultado da pesquisa institucional.

A autora acrescenta que a *focopolítica* intervém e promove a vida a partir dos níveis mínimos básicos de desenvolvimento, assinalando que a mesma é desenvolvida para a subsistência das populações e seu controle social.

A criação do MIDES implicou uma mudança na organização, planejamento e execução das políticas sociais em relação às formas anteriores de governos neoliberais. Segundo Midaglia (2007), os governos progressistas têm feito uma “hierarquização de iniciativas orientadas para melhorar as condições de vida dos setores mais vulneráveis, ao passo que tende a promover uma maior equidade” (p. 1). Até agora, os atuais estudos da governamentalidade enfocaram as racionalidades liberais e neoliberais de governo. Assim, é interessante abordar a racionalidade das políticas sociais nos novos governos progressistas na América Latina. Estudar as políticas sociais a partir do seu planejamento até os modos de implementação, entendendo como implementação os diversos dispositivos que executam a política. Para poder fazê-lo, torna-se relevante indagar sobre a conformação dos projetos, quanto ao seu perfil populacional de atenção, as ações desenhadas, e entender qual é a rede

de elementos que os formam. Os elementos mencionados são as formações discursivas, as leis, as medidas administrativas, os enunciados científicos, os aspectos culturais e as instituições (FOUCAULT, 1991).

A) O GOVERNO DA INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA EM SITUAÇÃO DE RUA

A construção de uma população tão específica, como a infância e a adolescência em situação de rua, é produto de um processo histórico formado por sucessivas práticas de governo. Devemos considerar certas formas de saber, certas práticas discursivas, uma diversidade de disciplinas, como a psicologia, a psiquiatria, o trabalho social, o direito e a educação, que se encarregaram de objetivar o problema e construir um campo de intervenção. Por outro lado, uma série de técnicas que, nas ações de intervenção, permitem dirigir as condutas das populações em termos estatisticamente aceitáveis para uma razão de estado. O conjunto desses aspectos, tais como as práticas discursivas, uma série de técnicas de condução/intervenção e uma certa construção de uma população de risco compõem o dispositivo de atenção à infância e adolescência em situação de rua. Esta analítica se faz possível pelo enfoque do desenho das Políticas Sociais, suas linhas programáticas, nos projetos que colocam em marcha.

Quais são os fundamentos desses projetos, seus objetivos, os problemas aos quais respondem e o sentido do seu desenho? A criação de um dispositivo de atenção à infância e à adolescência em situação de rua instala, no sentido foucaultiano, segundo Deleuze (2003), regimes de visibilidade e regimes de enunciação, na medida em que produzem e formalizam, objetivando o problema. Isto quer dizer que não há um objeto ou um sujeito que preexistam a esses dispositivos, mas que os graus de inteligibilidade serão dados por esses regimes de visibilidade e enunciação, que têm que definir em cada regime e nos diferentes dispositivos.

Atualmente, todos os projetos de atenção à situação de rua no Uruguai se encontram dentro da órbita do INAU, seja no que concerne a sua gestão, seja em seu financiamento a partir de convênios com organismos não governamentais e de sua supervisão técnica e administrativa. Cada projeto, em particular, adequa sua metodologia de atenção em função de variáveis: a população específica, perfil, faixa etária; o território em que se inscreve com respeito a suas problemáticas. O desenvolvimento das práticas desses projetos, seu percurso, suas estratégias de intervenção nos encontros com as situações que abordam sua relação com outras instituições e setores do Estado, conformam uma estratégia em relação ao poder

(DELEUZE, 2003), que constitui o dispositivo de atenção e abordagem das crianças e adolescentes em situação de rua.

PRODUÇÕES DISCURSIVAS EM TORNO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA EM SITUAÇÃO DE RUA

Tomando como pano de fundo uma investigação desenvolvida anteriormente pelo autor, se analisarão documentos de todas as produções escritas, acadêmicas, assim como não acadêmicas, produzidas em território uruguaio por organizações não-governamentais, instituições estatais (inclusive a Universidade) e organismos internacionais que trabalharam com o tema da infância e da adolescência em situação de rua, entre 1985 e 2010. Serão trabalhados textos com uma análise de conteúdos temáticos dos mesmos, atendendo às relações que eles mantêm uns com os outros, as irrupções e descontinuidades que apresentam. Dessa análise, será construída a seguinte categoria: *ciclos de coerência discursivos*. Isso permitiu ordenar as produções segundo a sua coerência argumentativa e retórica, ou seja, de que modo os textos produzem os enunciados, como se posicionam para abordar os distintos temas, com que regularidades aparecem nos distintos aspectos da temática. Trata-se de uma categoria que tenta dar conta das alianças e enfrentamentos que se produzem no campo, os jogos de linguagem que vão engendrando e sedimentando certos sentidos.

A palavra ciclo se refere a uma categoria temporal, mas não necessariamente cronológica, já que a correspondência de coerência, ou relação dialógica, entre os textos não responde a uma continuidade sucessiva. Ou seja, não se pode entender as produções gerando cortes cronológicos lineares, ainda que a priori a investigação tenha delimitado um período de produção determinado. Isto quer dizer que com a categoria de ciclo podemos encontrar uma coerência entre os textos produzidos entre os anos 1980 e anos 2000.

Desses textos analisados se poderia falar de três ciclos de coerência discursiva: o primeiro tem a ver com *a legitimação das práticas e construção do campo de problemáticas*. Essas produções tentam introduzir a problemática da infância e da adolescência em situação de rua em meio aos operadores sociais. Estas se baseiam em sistematizações de práticas e experiências inovadoras e constroem formas de abordagem específicas, que se referem a técnicas em relação a um plano assistência e educativo.

Entre essas produções se encontra Stopiello, M. (1988), que descreve a tarefa e o contexto de desenvolvimento dos projetos que trabalham com NNA em situação de rua. Afirma-se a vontade do sujeito em situação de rua como ponto fundamental para

desenvolver um projeto educativo, fazendo surgir esse plano como uma mudança radical em relação ao esquema anterior em que se baseou a doutrina tutelar, que utilizava a internação como estratégia, anulando a vontade do sujeito. Por outro lado, a argumentação de desenvolver atividades no espaço público onde se situam as crianças e adolescentes, marca-se pelo fortalecimento da tarefa preventiva, em detrimento da função repressiva. Stoppiello (1996) enfatiza a implementação de metodologias alternativas e as já conhecidas para abordar o fenômeno em questão, conseguindo localizar a vontade das crianças e adolescentes em seus processos, conseguindo desenvolver ações em seu contexto de bairro e familiar. Por sua vez, Pierri (1997) afirma a necessidade de visibilizar o encargo social do educador, para integrá-lo, sendo este consciente de tal aspecto em sua proposta educativa. No trabalho com as crianças e adolescentes a partir da proposta educativa, propõe-se refazer as aprendizagens adquiridas pela necessidade da sobrevivência, para reverter a situação e elaborar estratégias de inclusão social. Em relação à metodologia, o modo de conseguir transitar com êxito por situações de tamanha complexidade estaria dado pela capacidade criativa do educador. No artigo elaborado por Zubilaga (1996) torna a aparecer a necessidade de um enfoque preventivo a partir da construção de uma metodologia específica que necessariamente implicaria as crianças e adolescentes em situação de rua. Tal especificidade estaria dada pela ênfase na construção do vínculo com o sujeito de intervenção, dando lugar a pensar a rua como um possível âmbito pedagógico através da ação do educador.

Um segundo ciclo de coerência corresponde a um *aprofundamento e caracterização da problemática a partir de um enfoque explicativo*. Estas produções se orientam no desenvolvimento de investigações com maior consistência acadêmico-metodológica que tentam explicar o fenômeno vinculando-o a diversos fatores sociais. Dentro dos mais destacados desses estudos se encontra Tricotti, L. (1995), que desenvolve uma metodologia comparativa tomando um grupo de famílias em situação de pobreza que têm dentro de seus integrantes crianças e adolescentes em situação de rua, e outro grupo de famílias em situação de pobreza, mas que não tem dentre os seus integrantes crianças e adolescentes em situação de rua. Por sua vez, isto se cruza com uma variável territorial e engloba famílias do centro da cidade e de outras da periferia urbana. Dessa forma, enfatiza-se o estudo da integração e estrutura familiar para explicar o fenômeno e conclui-se que a deterioração dos tecidos familiares dão impulso à existência de crianças e adolescências em situação de rua. Propõe-se assim que a família seja objeto de trabalho da educação a partir das potencialidades da

mesma para reverter a situação de rua dos mesmos. Por outro lado, a partir de uma perspectiva da educação social, Delapiazza (2002) afirma que o contexto econômico, social e cultural da vulnerabilidade lança como um dos possíveis destinos das famílias que suas crianças e adolescentes caminhem para uma situação de rua.

Também se mostrou relevante a pesquisa realizada por Forsello (2002), que trabalha com o tema central do consumo de substâncias e seus efeitos sobre os processos de subjetivação para esta população em situação de rua. Neste processo de análise se destacam uma série de usos de substâncias diferentes dos que costumamos conhecer (cola, solventes, combustível, entre outros). A associação entre consumo de substâncias, rua e direitos da criança, leva o autor a realizar um estudo transversal que o conduz a uma análise das metodologias de intervenção diante da problemática. Ele coloca ênfase sobre a diversidade de espaços e propostas de atenção, trabalhando a partir da ferramenta da Convenção dos Direitos da Criança (CDC 1989, ratificada pelo Uruguai em 1990), e da capacitação específica para os operadores sociais.

Por último, o ciclo de coerência que se caracteriza por *discursos tecnocráticos, estatísticos e taxonômicos a partir de um enfoque descritivo*. Este ciclo produz formas de saber em relação à construção de uma população NNA em situação de rua, que vai ser estimada em sua quantidade, em sua localização, em sua concentração territorial. Nesse sentido, os discursos se concentrarão em desenvolver mecanismos de regulação que se traduzem em políticas estatais. Foram executadas duas pesquisas muito semelhantes entre si, que estão nos organismos de *Gurises Unidos* (2005) e *MIDES-INFAMILIA* (2007). Em ambos os casos, o objetivo foi caracterizar, identificar e quantificar a quantidade de crianças e adolescentes em situação de rua. Isto se realizou segundo parâmetros de busca em relação ao conhecimento dos operadores sociais dos jovens e sua identificação em migrações. Realizou-se uma divisão entre a zona de Montevideo e a zona Metropolitana. A identificação foi gerada a partir da visualização das crianças e adolescentes e as atividades que realizavam nesse instante (consumo de substâncias, malabares, mendicância, dormir, entre outras). Dos resultados se destaca a construção de três perfis de crianças e adolescentes em situação de rua, junto com a identificação das zonas onde eles se concentravam.

A partir desse desenvolvimento, tentou-se dar visibilidade à produção de saber em relação à infância e a adolescência em situação de rua, formulando-a como uma fase inicial de um estudo mais geral, seguindo os três grandes planos que Deleuze (2003) distingue nos estudos sobre Foucault (estes são o Saber, o Poder e a Subjetivação), deixando um terreno onde se pode continuar hoje essa pesquisa.

B) CONSUMO DE PSICOFÁRMACOS EM ABRIGOS DE ADOLESCENTES DO URUGUAI

A Convenção dos Direitos da Criança ratificada pelo Uruguai ocasionou uma mudança do Sistema de Assistência Social para a Proteção Integral na atenção de crianças e adolescentes. Tal modificação supõe, entre outros fatores, fomentar a autonomia progressiva das crianças, propiciar a participação de modo a realizar um exercício emancipador que construa uma cidadania responsável. Esta mudança da visão de mundo constitui uma transformação sociocultural, deixando de conceber a infância e a adolescência como um adulto em desenvolvimento, carente de..., passando a concebê-lo como um sujeito de direitos, com necessidades e direitos próprios a tal faixa etária. Esta segunda pesquisa se dá nos abrigos do Uruguai que recebem adolescentes que, por diversas situações de violação de direitos, tiveram como último recurso a institucionalização em um abrigo da INAU.

Consequentemente, o organismo estatal deve intervir para reparar tais violações e minimizar ao máximo o tempo de institucionalização do adolescente. Este trabalho de reparação de direitos violados compreenderá garantir à criança ou adolescente o seu direito à educação, à saúde, à recreação, etc.; o qual se relacionará diretamente com os recursos institucionais disponíveis para se realizar um trabalho em rede, terapêutico, etc. A partir dos dispositivos de intervenção disponíveis para a atenção em abrigos, em matéria de saúde mental, se conta com a Divisão Saúde da INAU como centro de saúde da instituição e outros serviços por convênio. Neste centro de saúde há psiquiatras de plantão 24 horas do dia, em sua maioria não especializados em crianças e adolescentes.

Paralelamente, a mesma situação de internação juntamente com a história prévia desses adolescentes, fará com que seja esperado que esses jovens apresentem algum efeito psicológico, social, comportamental, que denuncie as situações que eles viveram e que se manifestaram em seus diversos espaços de socialização, como como a escola, o abrigo, etc. A partir da experiência de trabalhar por cinco anos nos abrigos da INAU, constatei a assiduidade de consultas psiquiátricas para os jovens que ali se encontram internados. O que leva a esses jovens a consultas psiquiátricas regulares, tendo um tratamento farmacológico como prática decorrente?

DA MEDICALIZAÇÃO

A medicalização deve ser compreendida dentro de um processo de instauração da medicina na sociedade capitalista atual, instaurada no Uruguai no momento higienista e disciplinador do início do século passado. Com esse fenômeno medicalizador se produzem ressignificações médicas a circunstâncias e processos sociais da vida quotidiana. O sujeito nesse processo acaba codificado em uma posição culpabilizante por padecer de uma enfermidade e ser alheio à ela (CARPINTERO, 2011).

A esse respeito, diversos organismos regionais têm denunciado o efeito crescente desse fenômeno: na Argentina, o Observatório Argentino de Drogas (SEDRONAR) e a Universidade Nacional de General San Martín, através do Programa Mundos Contemporâneos, realizou uma pesquisa intitulada *Medicalização e Sociedade* (CANNELLOTTO & LUTCHENBEREG, 2012). Nesta, expõe a realidade de uma maior medicalização diante de situações de exclusão social, convertendo aspectos que deveriam ser considerados como sociais ou contextuais como problemas médicos. Desta maneira, suprime os sintomas que denunciam seu mal-estar, ou sofrimento humano, e o dispõem como instrumento de intervenção médica e psicológica.

O uso de fármacos, segundo esses autores, tem sido, ao longo do século XX, cada vez mais usado e abusado, em um disciplinamento dos corpos que produzem de modo normativo na sociedade um ideal social que, às vezes, sobretudo em situações de exclusão social, está muito longe da realidade cotidiana e concreta.

Em 1998, a JIFE (Junta Internacional de Fiscalização de Estupefacientes) realizou uma chamada a “todos os governos para que exerçam uma estrita vigilância com vistas a impedir o excessivo diagnóstico dos transtornos do déficit de atenção em crianças e o tratamento medicamente injustificado com metilfenidato e outros psicoestimulantes” (“Informe anual JIFE. Nota informativa N^o. 4”, 1997). Esta Junta expressou sua preocupação com o uso desta droga sem levar em conta o risco inerente do seu uso indevido e a possível dependência química.

Porém, em um nível nacional existem poucas pesquisas que investiguem o consumo indevido de psicofármacos em crianças e adolescentes uruguaios. Javier M. Palummo, advogado do Observatório do Sistema Judicial do Movimento Nacional Gustavo Volpe, expôs em uma publicação do Colégio de Advogados do Uruguai os resultados de um julgamento realizado no MSP, onde se solicitava ao organismo que revelasse a quantidade de importação da droga metilfenidato (em seu nome comercial Ritalina). Esta droga é utilizada nos casos de transtornos do déficit de atenção, especialmente na população infantil e adolescente. Os resultados desse processo indicam que houve um aumento alarmante da

sua importação. Enquanto que em 2001 se importava 900 gramas, em 2007 se importou 17.000, tendo seu pico de expansão em 2002 (PALUMMO, n.d.).

A partir de tal juízo se obrigou o Estado Uruguaio a acompanhar o registro do consumo dessa droga (até o presente momento inexistente) para criar uma política a esse respeito. Dentro das conclusões levantadas no processo judicial, se estabelece que estão sendo violados os tratados internacionais assinados pelo Uruguai, assim como o direito à vida, à saúde e à “proteção especial” da infância, consagrados na Constituição da República. Nesse informe, se explicita por sua vez que o mesmo Ministério da Saúde reconhece o aumento explícito do consumo de psicofármacos por fatores sociais, como a crise socioeconômica ocorrida em 2002¹⁶.

A Dra. María Noel Míguez, Assistente Social da UdelaR, apresenta duas pesquisas sobre essa temática. A primeira estabelece que o fenômeno da psiquiatrização da infância uruguaia não está sendo apenas causada pela droga metilfenidato, mas também por drogas como o Valproato (anticonvulsivante) e Risperidona (neuroléptico). Essas drogas, em contraposição à Ritalina, deixam resíduos e produzem efeitos colaterais com a utilização prolongada. Por sua vez, aplica-se essas drogas fundamentalmente em populações que provêm de contextos socioculturais críticos, quando o metilfenidato acabava no Ministério da Saúde¹⁷.

Em sua tese de doutorado em Assistência Social intitulada *La sujeción de los Cuerpos Dóviles: Medicación abusiva con psicofármacos en la niñez uruguaya* (2012), ela estabelece em suas conclusões que, embora mundialmente 5% das crianças sejam diagnosticadas com Transtornos do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDA/H), mais de 2% com perturbações como a depressão infantil, no Uruguai 30% das crianças e adolescentes consomem metilfenidato para combater essa patologia. A autora, assim, dentro de suas conclusões, questiona a objetividade e cientificidade dos diagnósticos psiquiátricos que dão aval ao uso desses psicofármacos (PASSADA, 2012).

Nesse pequeno projeto, realizou-se uma entrevista com a Dra. Míguez, que confirma os dados e os eleva exponencialmente a 80% nas chamadas Escolas Especiais, sendo encaminhados a elas fundamentalmente as crianças que se encontram nas Escolas de

¹⁶ Entrevista com o Advogado do Observatório do Sistema Judicial do Movimento Nacional Gustavo Volpe feita por Míguez em sua pesquisa de doutorado intitulada *La sujeción de los Cuerpos Dóviles (Medicación abusiva con psicofármacos en la niñez uruguaya, 2012. Ed Estudios Sociológicos, Bs. As.)*.

¹⁷ Cabe destacar que a presente pesquisa foi desenvolvida concomitantemente à pesquisa "Los Hijos de Rita Lina", trabalho sobre a quantidade de Metilfenidato importada, exposta no capítulo presente, que talvez tenha operado sobre o controle da importação da mesma (PALUMMO, 2009, n.d.).

Contexto Sociocultural Crítico. De acordo com tal pesquisa, comparando os colégios privados com as escolas de contexto crítico, ainda que não existam diferenças em torno da porcentagem de crianças medicadas, o tipo de medicação e o tipo de terapêutica oferecida varia substancialmente. Mesmo que nas classes abastadas as crianças são muitas vezes medicadas apenas com Ritalina (droga que não deixa resíduos orgânicos) e concorrem paralelamente com outros tipos de terapêuticas, as classes mais pobres da nossa sociedade estão recebendo um menor tempo na consulta psiquiátrica e não têm acesso a outro tipo de intervenções terapêuticas, tais como psicológicas, etc.

A psiquiatrização da infância uruguaia vem sendo um fenômeno social que cresce exponencialmente na última década e se efetiva de modo distinto segundo a classe social. Contudo, até o momento não há no Uruguai pesquisas que investiguem o fenômeno de psiquiatrização da infância no interior dos abrigos da INAU.

CONSUMO DE PSICOFÁRMACOS EM ABRIGOS DE ADOLESCENTES DE MONTEVIDEO

Como desenvolvemos na primeira parte do artigo, no século XIX se instala o disciplinamento das condutas anormais, legitimando um saber/poder que fará visível em uma nova figura substituirá a repressão: a autoridade. Esta figura determinará ao outro que se localize do lado da desrazão, dispondo por sua vez da possibilidade de julgar a capacidade do outro. Nesse processo, a intervenção psiquiátrica se resumirá em uma intervenção sobre uma série de condutas-sintomas a serem suprimidas, e não um problema a compreender. Foucault, nesse sentido, falará da loucura ou padecimento psíquico como uma modalidade do anormal, produto de uma binarização e normalização prévia que se produziu nos começos do século XIX (FOUCAULT, 1998). A psiquiatria transformará a loucura em doença mental e a associará às qualidades de periculosidade e marginalidade, produzindo uma demanda social de intervenção e assistência (AMARANTE, 2006).

Continuam existindo na atualidade espaços físicos de confinamento característicos da época moderna e vigentes até a atualidade, como a escola, a prisão e, em alguma medida, os abrigos para agrupar crianças e adolescentes que não podem morar com seus familiares, ou pessoas de referência. Mas a forma de implementar a política atual dos abrigos diferirá em sua aplicação, de modo que deverá responder a uma nova concepção da infância que é produzida contemporaneamente sob o paradigma da proteção integral.

Deste modo, deverão se conjugar dispositivos disciplinares, com uma política pública que aponte uma população construída como vulnerável e em risco, ao mesmo tempo,

sobre a qual se deve, respeitando a sua autonomia, gerar mudanças em suas condutas e costumes, que lhes permitam circular socialmente por espaços que não estavam sendo possíveis até o momento (escola, médico, etc.).

Assim sendo, no interior dos abrigos se conjugaram a figura da autoridade apontada por Foucault (1998), incluindo a suposta obrigatoriedade da atenção médico-psiquiátrica para alguns adolescentes do nosso país, em prol de um discurso garantidor de direitos. Mas, de algum modo, o novo paradigma da Proteção Integral, junto com a noção de Governamentalidade de Foucault, nos fazem pensar que junto a uma obrigatoriedade inicial de tratamento, terá um movimento paulatino que gerará autonomia nos sujeitos e o respeito de tal autonomia por parte dos programas estatais. Isto é, a política pública que restitui os direitos dos adolescentes em nosso país gera adolescentes que funcionam dentro da norma, mesmo quando suas condições de emergência estão fora dela.

Nesse jogo agem profissionais (psicólogos, educadores, assistentes sociais, psiquiatras, etc.) para que uma política possa ser suficientemente efetiva: deveremos gerar no sujeito uma *auto-demanda* de mudança. Para isso, eles têm a obrigatoriedade do dispositivo psiquiátrico como uma prática profilática, conjugando-se com um trabalho paulatino de conscientização de sua necessidade. Isso permitirá a efetivação da política: um sujeito adolescente que consumirá psicofármacos para poder estar na norma, juntamente com um direito de atenção à saúde *atendido*.

Para pensar este fenômeno, Beatriz Preciado, a partir das afirmações de Foucault, proporá um outro paradigma pensado como uma nova forma de Governamentalidade: a Farmacopornografia. Desenvolve-a como uma nova gestão política do corpo, do sexo e da sexualidade, através de novas dinâmicas do tecnocapitalismo avançado. Esta autora afirmará que na década de 1950, enquanto se fabricava a pílula farmacêutica mais consumida de toda a humanidade (a pílula anticoncepcional), se intervém sobre os próprios corpos por meio de intervenções cirúrgicas estéticas. Vinte anos mais tarde, começam a se fabricar os primeiros antidepressivos, culminando nos começos desse milênio com quatro milhões de crianças tratadas apenas com Ritalina, diagnosticados com o Transtornos do Déficit de Atenção com Hiperatividade. A esta cifra se soma a das milhões de crianças consumindo psicotrópicos para a depressão infantil. Estes dispositivos serão definidos como novos dispositivos microprostéticos de controle da subjetividade, com novas plataformas técnicas biomoleculares e midiáticas, por meio das quais as disciplinas (como a sexologia, a psicologia, a endocrinologia) transformaram

los conceptos de psiquismo de libido, de conciencia, de feminidad y masculinidad, de heterosexualidad y homosexualidad en realidades tangibles, en sustancias químicas, en moléculas comercializables, en cuerpos, en biotipos humanos, en bienes de intercambio gestionables por las multinacionales farmacéuticas. (...) El éxito de la tecnociencia contemporánea es transformar nuestra depresión en Prozac, nuestra masculinidad en testosterona, nuestra erección en Viagra, nuestra fertilidad/esterilidad en píldora, nuestro SIDA en terapia¹⁸ (PRECIADO, 2013, p. 32).

As subjetividades emergentes dessa sociedade seriam de tipo toxicopornográficas, uma vez que se trata de agentes definidos pelas substâncias que consomem: sujeitos canabis, Prozac, cocaína, etc. (PRECIADO, 2013, p. 33). Afirma-se que o motor do capitalismo atual seria o controle farmacopornográfico da subjetividade, que produz

estados mentales y psicossomáticos de excitación, relajación y descarga, de omnipotencia y de control total. Aquí, incluso el dinero se vuelve un significante abstracto psicotrópico. El cuerpo adicto y sexual, el sexo y todos sus derivados semiótico-técnicos son hoy el principal recurso del capitalismo postfordista¹⁹ (PRECIADO, 2013, p. 37).

A questão será, então, pensar a nossa intervenção atravessada por esse novo modelo capitalista, à luz de quais seriam os efeitos possíveis sobre esses corpos psiquiatrizados. A doença e seus corpos adictos enfermos derivam de um modelo médico e farmacêutico determinado que permite explicá-la discursivamente, criando-a performativamente.

TRADUÇÃO: AUGUSTO CESAR COELHO

CAMILO VENTURI

GUSTAVO FERRAZ

REVISÃO TÉCNICA: BRUNO FOUREAUX

¹⁸ *N.T.* os conceitos de psiquismo, de libido, de consciência, de feminilidade e masculinidade, de heterossexualidade e homossexualidade, em realidades tangíveis, em substâncias químicas, em moléculas comercializáveis, em corpos, em biótipos humanos, em bens de troca administráveis por multinacionais farmacêuticas. (...) O êxito da tecnociência contemporânea é transformar nossa depressão em Prozac, nossa masculinidade em testosterona, nossa ereção em Viagra, nossa fertilidade/esterilidade em pílula, nossa AIDS em terapia.

¹⁹ *N.T.* estados mentais e psicossomáticos de excitação, relaxamento e descarga, de onipotência e controle total. Aqui, inclusive o dinheiro se torna um significante psicotrópico abstrato. O corpo adicto e sexual, o sexo e todos os seus derivados semiótico-técnicos são hoje o principal recurso do capitalismo pós-fordista.

REFERÊNCIAS

- AMARANTE, P. **Locos por la vida**. La trayectoria de la reforma psiquiátrica en Brasil. Buenos Aires: Madres de Plaza de Mayo. 2006.
- ARIES, P. **História social da criança da família**. Rio de Janeiro. LTC Editoria libros técnicos y científicos. 1981.
- BARRÁN, J. P. **Historia de la sensibilidad en el Uruguay**. Tomo I. La cultura bárbara (1800-1860). Tomo II. El disciplinamiento (1860-1920). Montevideo: Banda Oriental. 1994.
- BARRÁN, J. P. **Medicina y sociedad en el Uruguay del Novecientos**. Tomo I. El poder de curar, Tomo 2. La ortopedia de los pobres, Tomo 3. La invención del cuerpo. Montevideo. Ed. Banda Oriental. 1995.
- CANNELLOTTO, A., & LUTCHENBERG, E., **Medicalización y sociedad**. Lecturas críticas sobre un fenómeno en expansión. 2012. Disponible em <http://www.observatorio.gov.ar/especificos/temasespecificos/Medicalizacion%20y%20sociedad.%20Lecturas%20criticas.pdf>.
- CARPINTERO. La subjetividad asediada. Medicalización para domesticar al sujeto. **Futuro Imperfecto**. Buenos Aires: Topia. 2011.
- CASTRO-GÓMEZ, S. **Historia de la gubernamentalidad**. Razón de Estado liberalismo y neoliberalismo en Michel Foucault. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Pontificia Universidad Javeriana- Instituto Pensar; Universidad Santo Tomás de Aquino. 2010.
- DELEUZE, G.; & MOREY, M. **Foucault**. Argentina: Ediciones Paidós. 2003.
- DE MARTINO, M. **Una genealogía de la familia uruguaya: familia y modernización en el Uruguay del 900**. Montevideo. Ed. Fronteras. 1995.
- DONZELOT, J. **La policía de las familias**. Valencia. Ed. Pre-Textos. 1990.
- FAGUNDEZ, D.M.M.; GONZÁLEZ, D. **Investigación sobre las producciones histórico-discursivas acerca problemática de niños, niñas y adolescentes en situación de calle en Uruguay entre los años 1985 y 2009**. 2009. Disponible em http://www.csic.edu.uy/resources/1/1/0/0/0_380786133d259ca/11000scr_803e1e2e7d338dc.jpg.
- FARAONE, R. **El Uruguay en que vivimos (1900-1968)**. Montevideo. Ed. Arca. 1970.
- FOUCAULT, M. **Los anormales**. México: FCE. 1998.
- FOUCAULT, M. Defender la sociedad. Buenos Aires: FCE. INAME, S. G. de A. T. P. de A. y convivencia. (n.d.). Modalidades de atención. Proyectos de atención en tiempo completo. Foucault, M. (1985). **Las palabras y las cosas : una arqueología de las ciencias humanas**. México: Siglo Veintiuno Editores. 2000.
- FOUCAULT, M. **Saber y verdad**. Madrid: La Piqueta. 1991.

- FOUCAULT, M. **Microfísica del poder**. Madrid: La Piqueta ; Endymión. 1992.
- FOUCAULT, M. **El orden del discurso**. Buenos Aires: Tusquets. 2005.
- FOUCAULT, M. **Seguridad, territorio, población: curso en el Collège de France (1977-1978)**. Buenos Aires: FCE. 2006.
- FOUCAULT, M. **La arqueología del saber**. Argentina: Siglo Veintiuno Editores. 2008.
- GABIN, B.; DE MARTINO, M. **Hacia un enfoque integral de la minoridad infractora**. Montevideo. Ed. Carlos Alvarez. 1998.
- GARCÍA MÉNDEZ, E. **Derecho de la Infancia-Adolescencia en América Latina: de la Situación Irregular a la Protección Integral**. Bogotá. Ed. ForumPacis. 1994.
- GARCÍA MÉNDEZ, E.; CARRANZA, E. (Org.) **Del revés al Derecho**. La condición jurídica de la infancia en América Latina. Bases para una Reforma Legislativa. Buenos Aires. Ed. Galerna. 1992.
- GONZÁLEZ, D.; PASTORINO, M.; VALETA, L. **Alteridad y Diseño: El objeto de diselo, las resignificaciones de las prácticas sociales y los límites culturales**. Montevideo: Delamancha. 2011.
- IGLESIAS, S.; EROSA, H. La construcción punitiva del abandono. **Centros de Formación y Estudios del INAU**. Serie materiales de apoyo. 2000.
- INFORME ANUAL JIFE. **Nota informativa N°4**. (1997, March 4).
- PALUMMO J.M. (n.d.) Análisis de las facultades, ventajas y limitaciones del Poder Judicial para incidir sobre la formulación de políticas públicas a través de un caso. **Tribuna del Abogado**. Justicia y elegibilidad de los Derechos. Julio, (N°163). 2009.
- LEOPOLD, S. **Tratos y Destratos: Políticas públicas de atención a la infancia en el Uruguay (1934-1973)**. Tesis de maestría no publicada, Master en Servicio Social, Convenio Universidad Federal de Río de Janeiro-Universidad de la República. 2002.
- METHOL, M.F. **Razón científica y modernidad en el Uruguay del Novecientos**. Orientadora: Myriam Mitjavila. Montevideo: UFRJ/UdelaR. (Maestría en Servicio Social). 1999.
- MIDAGLIA, C. **La izquierda en el gobierno ¿Cambio o continuidad en las políticas de bienestar social?** Revista Uruguaya de Ciencia Política N°16. 2007. Acessado em: http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?pid=S0797-97892007000100008&script=sci_arttext
- PASSADA, M. **La sujeción de los cuerpos dóciles**. Medicación abusiva con psicofármacos en la niñez uruguaya. Buenos Aires: Estudios Sociológicos. 2011.
- MORÁS, L.E. **Los hijos del Estado**. Departamento de Sociología, Facultad de Ciencias Sociales, SERPAJ. Montevideo. 1992.
- ONG GURISES UNIDOS **Niños, niñas y adolescentes en situación de calle en Uruguay: ¿Cuántos Son?**. Montevideo. 2005.

- PORTILLO, J.M. **Crónicas del Hospital Dr. Pedro Visca**. 1987. Acessado em: <http://www.smu.org.uy/dpmc/hmed/historia/articulos/hosp-visca.pdf>
- PIERRI, L. De desánimos y amores... (o en los callejones del creer y del crear de un educador de calle). **Revista Nosotros**. Época 1, N° 6, 1997, pp 30-31.
- PILOTTI, F. Sistemas de Bienestar Infantil en América Latina. **Infancia. Boletín del Instituto Interamericano del Niño-OEA**. N°233. 1994.
- PORTILLO, A. **Estado y minoridad en el Uruguay**. Montevideo. Ed. Roca Viva. 1989.
- PORZECANSKI, C., & BARRÁN. Historias de la vida privada en el Uruguay. **El nacimiento de la intimidad**. 1870-1920. (3ra Edición., Vols. 1-3, Vol. 2 y 3). Montevideo: Santillana. 2004.
- PRECIADO, B. **Testo yonqui**. Barcelona.Ed. Espasa. 2013.
- TRICOTTI, L. **La situación de la calle ¿abandono o solidaridad familiar?** Montevideo: Ed. CLAEH-Gurises Unidos. 1995.
- STTOPPIELLO, M.A. Atención al niño en la calle. **Revista Método**. Vol. 1, N° 1, pp 25-32. 1988.
- STTOPPIELLO, M. A. El niño en la calle: reflexiones desde la práctica. **Revista Nosotros**. Época 1, N° 4, pp 5-6. 1996.
- UNICEF. La convención en tus manos. **Los derechos de la infancia y la adolescencia**. Montevideo: Tradinco. 2004.
- URUGUAY. **Junta Nacional de Drogas**. Informe de investigación: “Niños, niñas y adolescentes en situación de calle: un estudio descriptivo-exploratorio sobre el consumo de drogas y factores asociados”, 2007. Acessado em www.infodrogas.gub.uy/html/informesdocumentos/docs/20071130_ninos_situacion%20calle_informe_final.pdf.
- URUGUAY. **Ministerio de Desarrollo Social** “Estudio de dimensionamiento de la situación de calle de niños, niñas y adolescentes”, Mides. 2007.